

Samara Duarte

samararduarte@gmail.com¹

O Arquivo de Memórias dos Serviços Educativos em Museus: um Arquivo Vivo como Proposta para uma Memória Plural.

¹ Este artigo apresenta uma síntese da dissertação de Mestrado em Museologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, intitulada Arquivo de Memórias dos Serviços Educativos em Museus: Fundamentos, Propostas e Desafios para uma Memória Plural, orientada pelas Professoras Doutoradas Alice Semedo e Inês Ferreira. Trabalho completo disponível no Repositório Aberto da Universidade do Porto em: <https://hdl.handle.net/10216/170769>

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão crítica sobre a ausência de memória institucional dos serviços educativos em museus, compreendida como um fenómeno estrutural associado a hierarquias internas, regimes de legitimação do conhecimento e desigualdades persistentes no campo museológico. Partindo da investigação desenvolvida no âmbito da dissertação de mestrado *Arquivo de Memórias dos Serviços Educativos em Museus: Fundamentos, Propostas e Desafios para uma Memória Plural*, analisa-se o papel do arquivo enquanto dispositivo político e simbólico, capaz de tornar visíveis práticas educativas historicamente marginalizadas. O texto discute os limites dos modelos arquivísticos tradicionais face à natureza relacional e efémera da educação museológica e apresenta o protocolo meCHive como referência metodológica para a construção de arquivos de memórias dos serviços educativos.

Palavras-chave: memória institucional; museologia pós-crítica; educação em museus; arquivos comunitários.

Nota Biográfica

Samara Duarte é licenciada em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil) e mestre em Museologia pela Universidade do Porto, com experiência nas áreas de museus, arquivos e educação. A sua investigação centra-se em arquivos de serviços educativos, memória, museologia pós-crítica e práticas participativas, com especial interesse nas relações entre memória, género, justiça social e instituições culturais.

Abstract

This article offers a critical reflection on the absence of institutional memory concerning museum education services, understood as a structural phenomenon linked to internal hierarchies, regimes of knowledge legitimisation, and persistent inequalities within the museum field. Drawing on the research developed in the master's dissertation *Arquivo de Memórias dos Serviços Educativos em Museus: Fundamentos, Propostas e Desafios para uma Memória Plural*, the article examines the archive as a political and symbolic device capable of making visible educational practices that have historically been marginalised. It discusses the limitations of traditional archival models in relation to the relational and ephemeral nature of museum education and presents the meCHive protocol as a methodological reference for the construction of museum education memory archives.

Keywords: institutional memory; post-critical museology; museum education; community archives.

Biographical Note

Samara Duarte holds a Bachelor's degree in History from the Federal University of Rio de Janeiro and a Master's degree in Museology from the Faculty of Arts and Humanities, University of Porto (FLUP), with experience in museums, archives and education. Her research focuses on archives of museum education services, memory studies, post-critical museology and participatory practices, engaging with issues related to memory, gender, social justice and cultural institutions.

Introdução

Nos museus contemporâneos, os serviços educativos ocupam um lugar central nas instituições. São estes serviços que mediam discursos curatoriais, promovem experiências pedagógicas, constroem diálogos entre conhecimento especializado e saberes situados e contribuem para a democratização do acesso à cultura. No entanto, apesar dessa centralidade prática, as ações educativas permanecem, em grande medida, ausentes dos arquivos institucionais e, conseqüentemente, da memória oficial dos museus.

Essa ausência não pode ser compreendida como um simples problema técnico ou como resultado da falta de recursos. Trata-se de uma questão estrutural, relacionada com hierarquias institucionais e regimes de visibilidade. Historicamente, os arquivos museológicos privilegiaram coleções, exposições, documentação administrativa e produção curatorial, afastando as práticas de mediação e educativas, frequentemente efémeras, relacionais e processuais, para um lugar secundário ou mesmo inexistente nos sistemas de memória institucional.

Assim, o apagamento das práticas educativas dos arquivos produz efeitos profundos. Por um lado, compromete a continuidade institucional e acaba por dificultar a transmissão de metodologias, saberes e experiências entre gerações de profissionais. Por outro, contribui para a desvalorização simbólica dos serviços educativos, reforçando a percepção de que o seu trabalho é acessório, transitório ou meramente instrumental. Essa situação afeta não apenas a memória das instituições, mas também as condições de reconhecimento profissional, de formação e de investigação no campo da educação museal.

A problemática torna-se ainda mais complexa quando se considera que os serviços educativos são historicamente marcados por processos de feminização e precarização. Associadas a funções de cuidado, docência e mediação, tradicionalmente atribuídas ao feminino, essas práticas foram frequentemente enquadradas como vocacionais, naturais ou secundárias, o que contribuiu para a sua invisibilidade nos diagnósticos institucionais e nos registos. Assim, o apagamento da memória dos serviços

educativos não é neutro: ele reflete e reproduz desigualdades estruturais relacionadas com género, poder e produção de conhecimento.

Partindo desse contexto, este artigo sustenta que os arquivos constituem um sítio político. Os arquivos não são dispositivos neutros de armazenamento, mas instâncias de legitimação que definem o que será lembrado, esquecido ou silenciado no interior das instituições culturais. Como demonstram autores como Derrida (2001) e Foucault (2008), o arquivo está intrinsecamente ligado a regimes de autoridade e de verdade, operando como um mecanismo que organiza o passado e orienta as possibilidades do futuro. Questionar a ausência de serviços educativos nos arquivos implica, portanto, questionar os próprios critérios que sustentam a memória institucional dos museus.

É nesse horizonte crítico que se insere esse artigo, síntese da dissertação de mestrado intitulada "Arquivo de Memórias dos Serviços Educativos em Museus: Fundamentos, Propostas e Desafios para uma Memória Plural". O estudo propõe a criação de um arquivo de memória dos serviços educativos como estratégia para enfrentar o apagamento histórico dessas práticas, reconhecendo a memória como um fenómeno coletivo, relacional e em constante transformação.

Inspirado no protocolo meCHive, desenvolvido por Sara Torres Vega (2016), e articulado com a Grounded Theory construtivista (Charmaz, 2014), o artigo apresenta um modelo de arquivo que não se limita à custódia documental, mas que incorpora experiências, narrativas, afetos e processos pedagógicos. O objetivo é contribuir para uma conceção de arquivo capaz de acolher a complexidade das práticas educativas, transformando-o num espaço de escuta, reflexão e ativação contínua da memória.

Ao propor esse deslocamento, o artigo procura demonstrar que preservar a memória dos serviços educativos não é apenas uma tarefa de organização documental, mas uma prática de cuidado institucional e de justiça simbólica. Reconhecer, documentar e ativar essas memórias significa afirmar o papel estratégico da mediação nos museus e criar condições para uma memória museal mais plural, crítica e inclusiva.

1. Arquivo, Memória e Poder

A compreensão do arquivo como um simples repositório técnico de documentos tem sido amplamente questionada pelas abordagens críticas da arquivística, da filosofia e dos estudos da memória. Longe de constituir um espaço neutro de armazenamento, o arquivo é um dispositivo ativo de poder, responsável por legitimar determinadas narrativas, silenciar outras e estruturar os regimes de visibilidade que sustentam a memória institucional. Essa perspectiva é particularmente relevante quando se analisa a ausência sistemática de práticas educativas nos arquivos dos museus.

A origem etimológica do termo “arquivo” já revela essa dimensão política.

Derivado do grego *arkheion*, o arquivo designava a casa do arconte, figura investida de autoridade administrativa e jurídica na pólis. Era sob a guarda dessa autoridade que se depositavam os documentos considerados fundamentais para a organização da vida coletiva. Como sublinha Derrida (2001, p. 12-13), o arquivo nasce inseparável da autoridade que o legitima, uma vez que “não há arquivo sem um lugar de consignação, sem uma técnica de repetição e sem uma certa exterioridade”. A raiz *arkhê* significa simultaneamente “origem” e “comando” e evidencia que o arquivo é, desde a sua génese, um instrumento de ordenação, governação e legitimação da memória.

Derrida (2001, p.29) afirma que o arquivo não se limita a conservar conteúdos do passado, mas também condiciona o próprio surgimento do que pode ser arquivado e sua relação com o futuro. Para o autor, a estrutura técnica do arquivamento determina o conteúdo arquivável, de modo que arquivar não é apenas registrar, mas produzir o evento. O arquivo, assim, deixa de ser mero depósito e passa a operar como instância ativa e politicamente situada de constituição da memória.

Michel Foucault (2008) radicaliza essa compreensão ao deslocar o conceito de arquivo do plano material para o plano discursivo. Em *A Arqueologia do Saber*, o autor define o arquivo como o sistema que rege o aparecimento dos enunciados, estabelecendo “a lei do que pode ser dito” e as condições de possibilidade do discurso em determinado contexto histórico (Foucault, 2008, p. 147). O arquivo não é, portanto,

a soma dos documentos existentes, mas o conjunto de regras que organiza a produção, a circulação e a legitimação do saber.

Essa definição permite compreender o arquivo como um verdadeiro regime de verdade, profundamente implicado nas relações entre saber e poder. Em *A Ordem do Discurso*, Foucault (1996, p. 8-9) evidencia que toda sociedade institui procedimentos de controlo, seleção e redistribuição do discurso, com o objetivo de regular os efeitos considerados perigosos. O arquivo participa diretamente desses procedimentos, ao definir quais discursos entram na memória institucional e quais permanecem à margem ou são silenciados.

No contexto museológico, essa lógica manifesta-se de forma evidente. Os arquivos institucionais tendem a privilegiar documentos ligados à curadoria, à administração, às coleções e às exposições, reforçando uma hierarquia de saberes que coloca essas áreas no centro da produção de conhecimento museal. As práticas educativas, por sua vez, frequentemente situadas no campo do efémero, da relação e da experiência, raramente encontram lugar nesses sistemas de memória. Quando documentadas, são muitas vezes reduzidas a relatórios técnicos, listas de atividades ou dados quantitativos, esvaziados do seu contexto pedagógico, relacional e simbólico.

De facto, esta exclusão não é casual, e tal como Foucault (1996, p. 10) refere, o discurso é sempre objeto de disputa, pois “não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar”. Os arquivos, enquanto dispositivos que regulam o acesso ao discurso e à memória, refletem as prioridades e os valores das instituições que os produzem. Ao privilegiarem determinados tipos de documento e de autoria, contribuem para a naturalização de hierarquias internas e para a marginalização de práticas consideradas secundárias.

No caso dos serviços educativos, essa marginalização é reforçada pela associação histórica da educação ao cuidado, à oralidade e à feminização, dimensões tradicionalmente desvalorizadas nos regimes formais de documentação. Assim, a ausência da memória das práticas dos serviços educativos nos arquivos não pode ser

entendida como uma falha acidental, mas como efeito de uma política da memória que hierarquiza saberes e define o que merece ser preservado.

Deste modo, repensar o arquivo sob esta perspectiva implica reconhecer que toda prática arquivística e de documentar é também uma prática política. Documentar significa decidir o que merece existir como memória institucional. Ou seja, questionar a ausência dos serviços educativos nos arquivos dos museus significa, portanto, interrogar os critérios que sustentam essa ausência e os efeitos que ela produz na construção da história museal. É nesse horizonte crítico que se torna possível imaginar modelos alternativos de documentação, capazes de acolher narrativas plurais, saberes situados e práticas até então invisibilizadas.

2. Serviços Educativos: Mulheres, Precarização e Apagamento

A invisibilidade das práticas educativas nos arquivos museológicos não pode ser dissociada das dinâmicas históricas de género que atravessam a constituição dos serviços educativos. Apesar de sua centralidade no quotidiano dos museus, esses serviços foram progressivamente enquadrados como áreas secundárias, associadas ao cuidado, à docência e à mediação, domínios tradicionalmente atribuídos ao feminino e, por isso, frequentemente desvalorizados no interior das instituições culturais.

A feminização da educação em museus não é um fenómeno recente. Como demonstra Carmen Mörsch (2016, p. 8), na *documenta 12*, menos de 5% dos candidatos às posições de mediação eram homens, o que confirma a predominância feminina nesse campo. No entanto, essa configuração remonta ao final do século XIX, quando mulheres brancas de classe média passaram a atuar em museus e galerias. A filantropia e a educação surgiam, nesse contexto, como formas socialmente aceitáveis de participação feminina no espaço público, reforçando a associação entre mediação cultural, docência e funções de cuidado (Mörsch, 2016, pp. 8–9).

Essa associação produziu uma contradição estrutural: embora os serviços educativos se tenham tornado fundamentais para a mediação cultural e para a relação com os públicos, o seu estatuto institucional permaneceu fragilizado. Segundo Mörsch

(2016, p. 10), após a Segunda Guerra Mundial, a educação em museus na Alemanha consolidou-se como um campo feminizado e, por isso, desvalorizado, marcado pela suspeita de simplificação do conhecimento científico e pela sua alegada cumplicidade com os públicos. Essa condição contribuiu para a precarização das carreiras e para o enfraquecimento da produção teórica no campo da educação museal.

Em Portugal, embora existam menos estudos específicos sobre os serviços educativos, os dados disponíveis confirmam a feminização do setor museológico de forma geral. Efetivamente, o *Plano para a Igualdade de Género* da entidade Museus e Monumentos de Portugal indica que, em 2024, 65,7% dos trabalhadores da rede pública nacional eram mulheres, como indicado na figura 1 (Museus e Monumentos de Portugal, 2024, p. 9). No entanto, quando se observam os cargos de administração, direção e coordenação, como se pode notar na figura 2, a distribuição por género torna-se mais equilibrada, revelando que a feminização concentra-se sobretudo nas bases do setor (Museus e Monumentos de Portugal, 2024, p. 11).

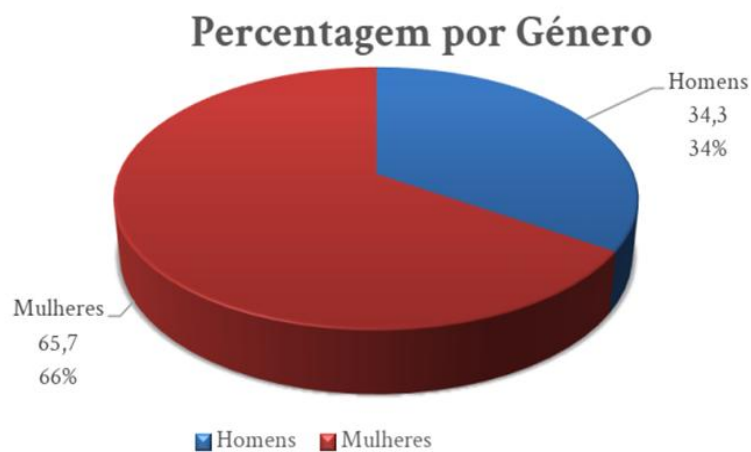


Figura 1. Distribuição de Trabalhadores do MMP por sexo. © Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. 2024.

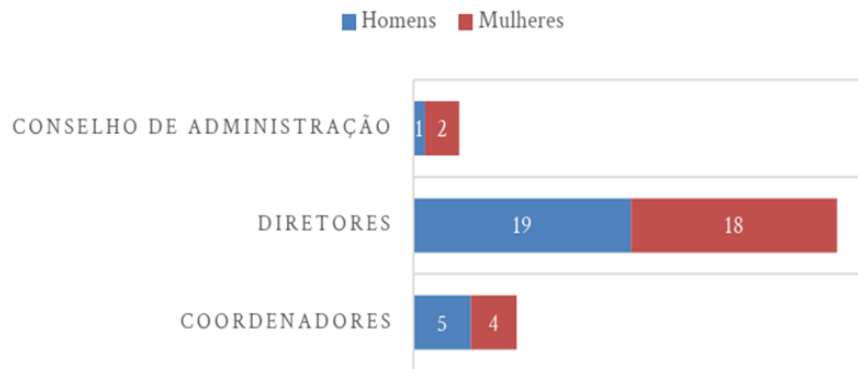


Figura 2. Distribuição por sexo dos cargos de administração, direção e coordenação. © Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. 2024.

Verifica-se também um padrão semelhante no campo do ensino em Portugal. De acordo com o *Relatório Estatístico Anual* da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, as mulheres representam a maioria esmagadora nos níveis iniciais de ensino — 87,4% no 1.º ciclo e 99% na educação pré-escolar, mas a sua presença diminui progressivamente no ensino superior, onde os homens ocupam 53,8% dos cargos docentes (CIG, 2023, p. 42). Esses dados evidenciam uma lógica estrutural na qual a feminização se associa à precarização e à exclusão das posições de maior prestígio e de poder simbólico.

Como Dametto e Esquinsani (2015, p. 150) analisam, a feminização da educação foi historicamente sustentada por um projeto simbólico que associou o magistério a uma “extensão da maternidade”, naturalizando a ideia de que ensinar seria uma vocação feminina e não uma profissão que exige reconhecimento material e intelectual. Consequentemente, esse enquadramento contribuiu para justificar baixos salários, vínculos precários e a desvalorização do trabalho pedagógico.

Guacira Lopes Louro (1997, p. 96) aprofunda essa análise ao demonstrar que a feminização do magistério não resultou do reconhecimento da mulher como produtora de conhecimento, mas da apropriação de atributos tradicionalmente associados ao feminino, como cuidado, sensibilidade e amor, para legitimar a presença das mulheres no campo educativo. Esta lógica simbólica produz efeitos duradouros, entre eles a

infantilização do trabalho docente e a sua exclusão dos regimes formais de autoria e reconhecimento (Louro, 1997, p. 107).

Monbaron (2024, p. 4) demonstra que a educação em museus foi historicamente construída como um campo periférico, feminilizado e precário, tanto no plano simbólico como no espacial. As áreas educativas e os escritórios das educadoras são frequentemente relegados a zonas marginais dos museus, como porões ou corredores secundários, enquanto as exposições, associadas à curadoria e à autoridade intelectual, ocupam os espaços centrais. Essa organização espacial reflete e reforça as hierarquias institucionais e de género.

Além disso, a naturalização das competências associadas à mediação cultural contribui para a sua invisibilização nas relações salariais e de poder. Como observa Monbaron (2024, p. 10), as habilidades das educadoras tendem a ser percebidas como “naturais”, o que resulta na sua desvalorização institucional e na precarização do trabalho. Mesmo discursos museológicos que se apresentam como inclusivos frequentemente reproduzem essa hierarquia ao conceberem a educação apenas como uma ponte funcional entre a exposição e o público, negando-lhe agência crítica.

Esses processos contribuem para a compreensão da razão pela qual as práticas educativas raramente são documentadas de forma sistemática nos arquivos institucionais. O apagamento arquivístico dos serviços educativos é, deste modo, inseparável das dinâmicas de género que estruturam o campo museológico. Sendo maioritariamente exercidas por mulheres, tais práticas são frequentemente consideradas secundárias e, por conseguinte, excluídas da memória oficial das instituições.

A valorização da memória dos serviços educativos implica, portanto, o reconhecimento de que o conhecimento museal não é produzido meramente a partir de objetos, exposições ou discursos curatoriais, mas também, e de forma decisiva, nas relações pedagógicas construídas entre profissionais, públicos e comunidades. A visibilidade destas práticas através dos arquivos de memórias dos serviços educativos é

um passo fundamental para enfrentar o apagamento histórico e afirmar os serviços educativos como eixo estruturante do museu contemporâneo.

3. Do meCHive ao Arquivo Vivo: Estrutura e Etapas do Processo.

Se as secções anteriores evidenciaram que o apagamento das práticas educativas resulta de regimes de poder, memória e género, torna-se necessário apresentar caminhos metodológicos capazes de enfrentar essa ausência.

Nesse contexto, o protocolo meCHive, desenvolvido por Sara Torres Vega (2016), constitui uma referência fundamental. A partir de sua investigação de doutoramento, a autora identifica uma “perda de memória” estrutural no campo da educação museal e propõe o meCHive como um modelo acessível para documentar práticas educativas a partir de seis princípios orientadores: participação, visibilidade, formato, autenticidade, formação e investigação (Vega, 2016). O principal contributo do protocolo reside no reconhecimento de que arquivar as práticas de mediação em museus implica acolher não apenas documentos formais, mas também narrativas, experiências e contextos, respeitando o sentido original das práticas e os sujeitos envolvidos.

Todavia, ao dialogar com os debates contemporâneos sobre memória e arquivo, esta investigação identifica a necessidade de aprofundar a dimensão processual do meCHive. Embora o protocolo ofereça princípios sólidos, a proposta aqui apresentada procura deslocar o arquivo de memórias dos serviços educativos de uma lógica predominantemente repositória para uma compreensão do arquivo como processo contínuo, em construção permanente.

É neste sentido que se introduz o conceito de Arquivo Vivo (Figura 3), entendido como uma atualização crítica do meCHive. O Arquivo Vivo preserva os seis princípios formulados por Vega (2016), mas propõe a sua reorganização numa lógica cíclica, dinâmica e retroalimentada. Esta abordagem permite que o arquivo se construa a partir do campo, das práticas e das vozes envolvidas, assumindo-se como uma ecologia de práticas documentais em permanente transformação.

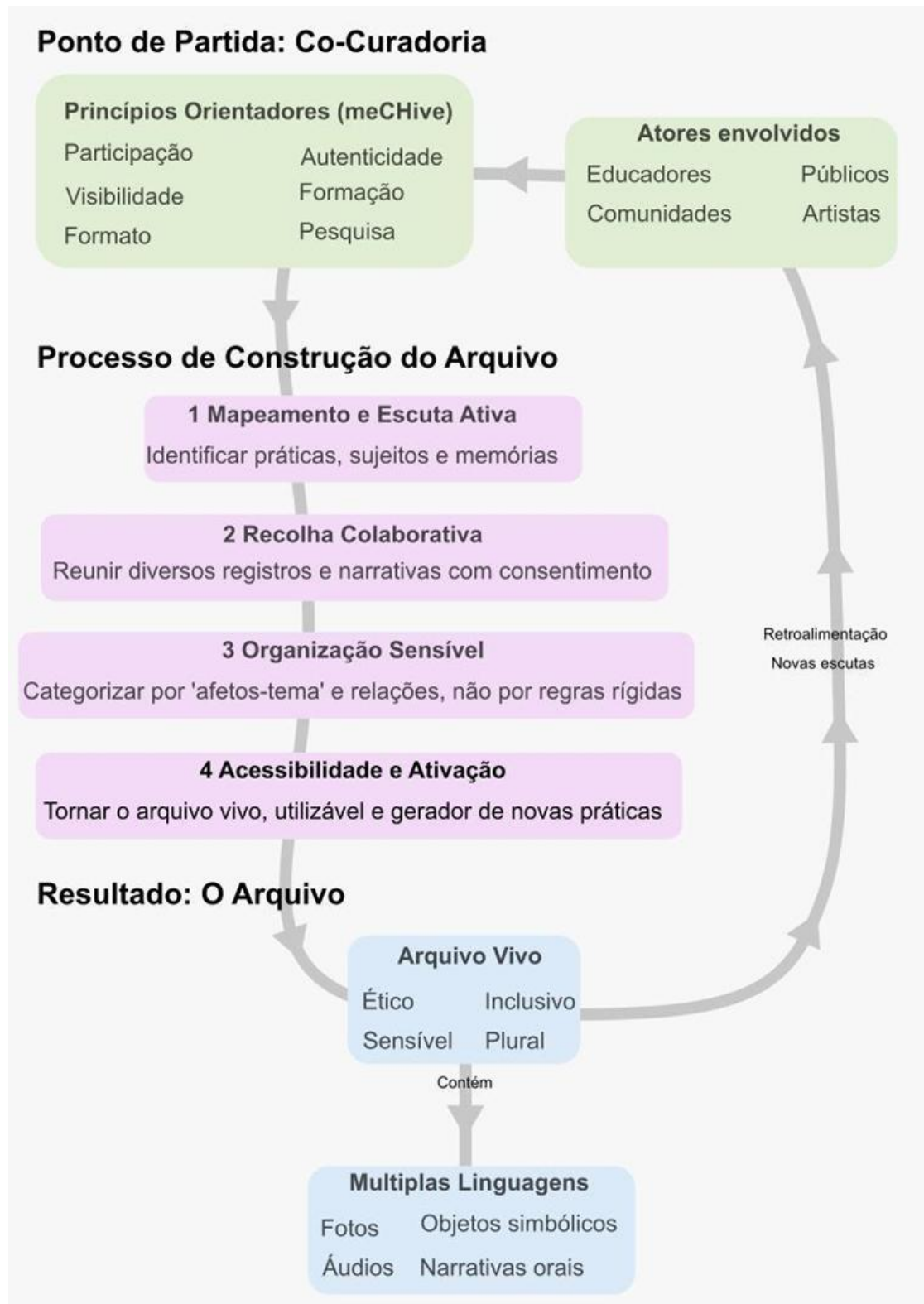


Figura 3. Fluxograma do processo de construção do arquivo de memórias dos serviços educativos segundo os princípios do protocolo meCHive. © Samara Duarte, 2025.

Este modelo tem como ponto de partida a cocuradoria, entendida como princípio transversal que orienta todo o dispositivo. Esta abordagem assenta nos princípios orientadores do meCHive — participação, visibilidade, formato, autenticidade, formação e pesquisa (Vega, 2016) — e na implicação direta dos atores envolvidos, nomeadamente mediadores, públicos, comunidades e artistas, cuja participação informa e transforma continuamente o arquivo.

A partir deste enquadramento, desenvolve-se uma dinâmica de construção do arquivo estruturada em quatro movimentos interdependentes. O primeiro corresponde ao mapeamento e à escuta ativa, orientados para a identificação de práticas, sujeitos, memórias e contextos do serviço educativo, integrando tanto documentação existente quanto narrativas orais e experiências vividas.

O segundo movimento consiste na recolha colaborativa, concebida como uma prática participativa e ética, baseada no consentimento e na partilha de responsabilidades, que reconhece a pluralidade de registos e narrativas como constitutiva da memória educativa.

O terceiro movimento refere-se à organização sensível, que propõe uma lógica relacional de articulação dos conteúdos, baseada em afetos, temas e relações, em detrimento não apenas de classificações rígidas, o que permite leituras múltiplas e não lineares do arquivo.

O quarto movimento corresponde à acessibilidade e ativação, assegurando que o arquivo se mantenha vivo, utilizável e gerador de novas práticas, através da sua mobilização em ações de mediação.

O resultado deste percurso é a constituição de um Arquivo Vivo, caracterizado como ético, inclusivo, sensível e plural, que integra múltiplas linguagens — como fotografias, objetos simbólicos, áudios e narrativas orais — e reflete a diversidade das experiências educativas em contexto museal.

A retroalimentação assume-se como elemento estruturante do modelo: cada ativação do arquivo gera novas escutas e novos registos, reiniciando o ciclo e assegurando a sua continuidade. Deste modo, o Arquivo Vivo não se configura como

uma estrutura finalizada, mas como uma ecologia de práticas documentais em construção permanente, capaz de acompanhar as transformações das práticas de mediação.

Considerações Finais

Este artigo procurou demonstrar que a ausência das memórias dos serviços educativos não é uma lacuna técnica, mas o resultado de regimes históricos de poder, memória e género que estruturam a produção do conhecimento. Ao analisar o arquivo como dispositivo político e a memória como construção social, evidenciou-se que os serviços educativos, embora centrais para a missão museal, permanecem frequentemente invisibilizados e desvalorizados.

Foi apresentado um modelo orientado para a construção de arquivos de serviços educativos sensíveis à experiência, à participação e à pluralidade. Compreender este arquivo como processo vivo implica reconhecer que documentar práticas educativas também é uma forma de reconhecimento institucional e de afirmação do valor epistemológico dos serviços educativos e da mediação em museus.

Ainda, sem pretender esgotar o debate, este trabalho aponta para a necessidade de aprofundar investigações futuras sobre a implementação concreta desse modelo em diferentes contextos museais, reforçando o papel dos serviços educativos como produtores de memória, conhecimento e sentido no museu contemporâneo.

Agradecimentos

Agradeço às minhas orientadoras, Alice Semedo e Inês Ferreira, pela oportunidade de desenvolver este trabalho e pelas orientações atentas, generosas e sempre oportunas ao longo de todo o percurso, e também, de forma muito especial, à pedagoga Sandra Duarte, minha mãe, que, durante este período, foi também minha guia e confidente, oferecendo apoio, escuta e presença constantes. Agradeço igualmente ao Dr. Carlos Tarjano, que esteve próximo e me acompanhou em diferentes momentos deste mestrado, auxiliando-me de forma decisiva. Por fim, agradeço à Universidade do Porto, que me acolheu e tornou possível este caminho, permitindo-me concluir esta etapa e tornar-me mestre.

Referências

- Charmaz, K. (2014). Constructing grounded theory.
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2023). *Educação, formação e ciência: Indicadores 2022*. CIG. <https://www.cig.gov.pt/area-igualdade-entre-mulheres-e-homens/indicadores-2022/educacao-formacao-e-ciencia/>
- Dametto, J., & Esquinsani, R. S. S. (2015). Mãe, mulher... professora! Questões de género e trabalho docente na agenda educacional contemporânea. *Acta Scientiarum. Human and Social Sciences*, 37(2), 149–155.
- Derrida, J. (2001). *Mal de arquivo: Uma impressão freudiana* (C. de Moraes Rego, Trad.). Relume Dumará.
- Foucault, M. (1996). A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Edições Loyola..
- Foucault, M. (2008). *A arqueologia do saber* (L. F. B. Neves, Trad.). Forense Universitária.
- Louro, G. L. (1997). *Género, sexualidade e educação: Uma perspetiva pós-estruturalista* (2.ª ed.). Vozes.
- Monbaron, J. (2024). Space, gender, and labor: The case of education in European art museums and institutions. *Investigar em Educação*, 14(2). <https://doi.org/10.25757/INVEP.V14I2.369>
- Mörsch, C. (2016). Numa encruzilhada de quatro discursos: Mediação e educação na documenta 12: Entre afirmação, reprodução, desconstrução e transformação. *Periódico Permanente*, 6, 1–32.
- Museus e Monumentos de Portugal, E.P.E. (2024). *Plano para a igualdade de género*. https://backend.museusemonumentos.pt/uploads/Plano_para_a_Igualdade_de_Genero_MMP_2024_196df7384f.pdf
- Vega, S. T. (2016). *The museum education archive: Tate and the pedagogical museum for children's art as case studies* (Doctoral dissertation, Universidad Complutense de Madrid). <https://hdl.handle.net/20.500.14352/22372>.